

penal, ainda que materialmente sancionadora e educativa, a sua aplicação alicerça-se mais em critérios de valoração do interesse do menor com mais caris educativa do que de sanção, possibilitando uma intervenção mais adequada e uma melhor inserção social do jovem infrator. Deste modo, solidariza-se com a atual ideia de que o delito juvenil é um problema resultante de condições sociais que devem ser abordadas pelos serviços sanitários e de proteção, com relevo para as instituições penais, pelo que deve a justiça de menores assentar na responsabilidade da comunidade para encontrar respostas para o tratamento do comportamento de delito do jovem, concretizadas em atividade de trabalho social fundadas no consentimento e na vontade do jovem infrator.

Maria João Leote de Carvalho aborda, segundo a perspetiva sociológica, as diversas violências na cidade que envolvem as crianças, quer como testemunhas, quer como vítimas, quer no papel do agressor, considerando que se a violência, nas suas diversas formas, é um componente estrutural nas dinâmicas sociais de qualquer comunidade, constitui sempre uma quebra de direitos humanos. Constatando que, fruto das mudanças operadas, nos últimos anos, nas instituições tradicionais de socialização, como é a família e a escola, a criança está, cada vez mais, afastada do controlo próximo dos familiares, expõe a importância do que designa por *direito à cidade*, assente em formas de participação e de exercício da cidadania que envolvam os mais novos na construção da cidade.

Mário Cordeiro, na sua qualidade de pediatra e numa perspetiva de saúde pública, aborda a agressividade e a violência, distinguindo o que pertence à agressividade, que é necessária à existência, do que já é da ordem da violência. Assim, expõe como, através do desenvolvimento de fatores protetores, tais como a gestão do stress ou o saber lidar com a frustração, a pessoa cria uma *'almofada protetora'* entre os picos de agressividade e o limiar da vio-

lência, fatores que são, em parte, inatos e, em parte, aprendidos através da convivência social e do enquadramento filosófico, ideológico e jurídico da sociedade.

Ana Vasconcelos

Francisco Louçã e José Castro Caldas. 2010. *Economia(s)*. Porto: Edições Afrontamento, 399pp. ISBN: 978-972-3610-33-8.

O estudo da Economia, no ensino superior, conheceu uma viragem surpreendente a partir de meados do século XX, com a publicação do manual *Economia* de Paul Samuelson, um dos mais famosos e populares economistas da contemporaneidade, galardoado com o Prémio Nobel em 1970. O sucesso do manual foi praticamente imediato, após a sua saída do prelo em 1948. Tendo influenciado, desde aí, gerações inteiras de economistas, o *Economia* de Samuelson já vai na 19ª edição e continua a ser o manual mais lido pelos estudantes universitários, a nível mundial.

Acrescente-se, ainda, que a concorrência de outros manuais que, entretanto, foram aparecendo lhe têm concedido inteira justiça, ao adotar a mesma forma de organização dos conteúdos, de apresentação e de escrita, diferenciando-se, de uma forma geral, em questões de pormenor. Sob um ponto de vista teórico, o trabalho de Samuelson ficou conhecido pela tentativa de integração da obra de Keynes com a teoria neoclássica. Este esforço notável, matematicamente fundamentado, teve também um reverso e talvez nisto consista a principal fragilidade da obra: a economia é apresentada aos estudantes e aos leitores interessados como um disciplina unificada, isenta de conflitualidade interna e de pluralidade.

Esta é, aliás, uma das razões pelos quais se saúda a publicação recente de

Economia(s) de Francisco Louçã e José Castro Caldas. Na verdade, trata-se de uma obra que, tal como os seus autores afirmam e o título deixa adivinhar, apresenta a Economia 'como uma ciência social em desenvolvimento, plural, cheia de contradições vivas, que estuda mercados, instituições e atividades económicas, que se orienta para a resolução de problemas sociais e que deve estar aberta ao contributo das outras ciências sociais e saberes' (pág. 5). No entanto, *Economia(s)* difere de outros manuais, em outros aspetos fundamentais. Por um lado, é escrito tendo em conta não só a realidade da economia global, mas também da União Europeia, evitando assim que estudantes e leitores fiquem obrigados a perspetivar as questões económicas unicamente através da realidade institucional norte-americana, como acontece com a maioria dos manuais, inclusivamente aqueles que foram escritos por autores portugueses. Por outro lado, 'usa a economia portuguesa como exemplo e material de trabalho' (pág.5). Trata-se, pois, de um livro único no mercado e de grande utilidade para estudantes, docentes e demais leitores interessados sobre as questões económicas.

O livro está organizado em doze capítulos onde se podem encontrar os principais tópicos abordados nos manuais convencionais, tais como a procura, oferta, moeda, regulação, trocas, mercados financeiros, crescimento, desenvolvimento, empresas, inovação e ciclos económicos. Contudo, difere substancialmente dos outros manuais de Economia pela importância concedida ao enquadramento histórico e à fundamentação empírica e factual.

No capítulo 1, depois de se abordarem alguns dos temas que, nos últimos anos, têm vindo a preocupar um número crescente de economistas, políticos e cidadãos como as questões ecológicas ou a problemática da desigualdade social, é dedicada uma atenção particular à definição convencional de economia. Desta

forma, são apontados os limites e as dificuldades da célebre conceção de Robbins, até hoje adotada como a definição 'oficial' da disciplina, segundo a qual a economia é a ciência que estuda o comportamento humano enquanto relação entre fins e meios escassos de uso alternativo. De facto, cada vez mais, o conceito de Robbins tem sido alvo de críticas que lhe apontam, por exemplo, as limitações óbvias que decorrem da ideia de racionalidade por ele adotada. Não obstante, os autores reconhecem, igualmente, as fragilidades das definições alternativas, como aquelas que se fundamentam no objeto de estudo, isto é, tendo por referência os fenómenos da produção, da distribuição e do consumo. Concluem, assim, que 'a Economia é, portanto, um objeto plástico, tão precário e volúvel como a própria economia' (pág. 21). Na parte final do capítulo, os autores defendem a necessidade de pluralidade e do diálogo interdisciplinar como forma enriquecimento da teoria económica. Se, para o leitor vulgar, os argumentos invocados parecem naturalmente óbvios, é necessário acrescentar que o fechamento da economia ao diálogo com as outras ciências sociais tem marcado, infelizmente, a história da disciplina.

'As Escolhas da Economia' é o título do segundo capítulo. Embora a visão convencional da Economia a apresente como 'a ciência da escolha', trata-se, na verdade, de uma escolha individual. Nas conceções mais extremas, a sociedade tem sido reduzida a uma agregação de indivíduos que agem segundo 'leis objetivas', identificáveis através do esforço de teorização. A esta economia que representa, ao fim e ao cabo, um 'caminho sem escolhas, com forças silenciosas ... determinando tudo o que se vai passar por força das leis rígidas' (pág. 29) os autores contrapõem uma visão da economia como uma questão de escolha coletiva, invocando os autores clássicos, como Adam Smith, para quem uma separação profunda entre os aspetos normativos e os aspetos positivos do sa-

ber económico não era de todo aceitável. Depois de algumas considerações oportunas sobre o conceito de liberdade de escolha, o capítulo prossegue com o tema da medição do Produto Interno Bruto. Embora se trate de um assunto obrigatoriamente abordado nos manuais de economia, os autores introduzem-lhe alguns aspetos menos habituais. Na verdade, ao mesmo tempo que exploram alguns aspetos convencionais da contabilidade nacional, mostram, igualmente, que as medidas do PIB ‘tanto medem como escondem’ (pág. 47). Se, por um lado, avaliam a riqueza que é produzida para o mercado, por outro, não têm em conta a economia doméstica, a economia paralela, a poluição e outros danos ambientais e sociais, como, por exemplo, o desperdício.

O capítulo seguinte aborda as principais correntes económicas desde o tempo de Aristóteles à atualidade. A história da economia, outrora uma área de estudo obrigatória nos cursos superiores, tem vindo a perder importância. No entanto, mais recentemente, tem vindo a ser reclamado o seu regresso ao ensino universitário por economistas das mais diferentes tendências. Neste capítulo, os autores analisam, de forma interessante e equilibrada, as principais ideias da Economia, desde a antiguidade grega, passando pela Idade Média, pelo Iluminismo, pela formação da economia de mercado, pelo socialismo, até chegar às ideias de Keynes - identificadas pelos autores como *capitalismo razoável* - e às correntes neoliberais da escola Austríaca e da escola Chicago.

Um dos capítulos mais interessantes e originais da obra intitula-se ‘Mas Afinal o que é o Mercado?’. Após terem analisado, em capítulo anterior, o modelo dos mercados puros, prestando assim homenagem à microeconomia neoclássica, os autores mostram que, na verdade, não há um mercado, mas sim mercados com regras e formação de preços muito diferenciados. Através de três exemplos de formação dos preços - o do café, o selo do

correio a e gasolina - Louçã e Castro Caldas demonstram, de forma muito clara, que a troca mercantil é uma relação social e não o produto de uma ordem espontânea e natural. O contributo de Karl Polanyi é utilizado para apoiar o argumento, hoje comumente aceite, que os mercados são, afinal, construções políticas e não um espaço abstrato onde vendedores e compradores se encontram para, por um certo preço, transacionarem um certo produto, segundo a visão tradicional de economia. O final do capítulo, sobre os limites do mercado, estabelece ligação com os próximos temas abordados sobre o estado, a moeda, a inflação e as políticas públicas. A partir do caso de um bem comum - a água - são discutidas várias formas de ação coletiva. Fazendo justiça à necessidade de pluralismo no debate económico, são apresentadas quatro visões diferentes sobre o papel do Estado na economia: a da economia do bem-estar, a do keynesianismo, a dos neo-liberais e a dos economistas institucionalistas.

Outro capítulo notável de *Economia(s)* estuda os mercados de risco, a especulação e os fundos de pensões, dando um enfoque muito particular ao crash financeiro de 2008 e de 2009. Apoiando-se em Minsky, um economista e professor na Universidade de Washington que foi dos primeiros a prever o efeito de contágio dos sistemas de pirâmide (que designou por economias de Ponzi), os autores constatarem a falência da teoria dos mercados eficientes, claramente admitida por Alan Greenspan, ex-presidente da Reserva Federal, no seu célebre depoimento de autoculpabilização no Congresso Americano, em outubro de 2008. Discute-se ainda, no final do capítulo, o sistema financeiro em Portugal e ainda a sustentabilidade do sistema de segurança social, através da comparação entre dois sistemas alternativos de financiamento.

Nos capítulos seguintes, são exploradas as questões do crescimento e do desenvolvimento, da inovação e dos ciclos

económicos. Embora a teoria convencional se tenha agarrado, durante décadas, aos problemas de equilíbrio, a verdade é que a economia evolui em desequilíbrio através de processos dinâmicos de destruição criativa, tal como Shumpeter tão bem demonstrou. Os autores prosseguem, de seguida, para o estudo da desigualdade, baseando-o na discussão de uma das questões mais polémicas no debate económico: a existência (ou não) de conflito entre eficiência e equidade.

O último capítulo, significativamente intitulado 'Outras Economias', começa com algumas reflexões sobre as consequências da crise financeira que teve início em 2007. De facto, como é hoje reconhecido por um largo número de autores, foi a arquitetura financeira do sistema económico, ensinada nos melhores departamentos do Economia do mundo que falhou, embora para 'os economistas seria por certo agradável poder pensar que tudo isto (...) foi alheio às prescrições da sua ciência e produto de decisões políticas e arbitrárias. Acontece, no entanto, que não foi assim' (pág. 357). Ao fim e cabo, é a Economia enquanto ciência que está em causa não só porque não preveniu, como participou na criação das condições da crise. Apelando à distinção de Aristóteles entre economia e crematística, os autores defendem a definição de economia como sistema de uso e provisão para a Vida Boa na polis. Por outro lado, 'a economia que se transformou em crematística subordinou o uso e a provisão ao propósito da acumulação de riqueza (ilimitada) de riqueza' (pág. 376). O resultado, tal como Keynes previu quando, segundo as suas palavras, a especulação triunfou sobre o empreendedorismo é, primeiro, o colapso financeiro e, depois, a depressão económica. Assim, em contraposição a uma economia que se rendeu à finança, os autores defendem uma economia sustentável, capaz de garantir a provisão, promover a igualdade e respeitar os limites ambientais.

Quer pela pertinência dos temas escolhidos, quer pela qualidade dos textos produzidos, *Economia(s)* é, na verdade, uma obra inteligente que capacita os leitores e que oferece uma visão da economia como uma ciência viva, aberta ao diálogo e ao debate de ideias. A obra é ainda enriquecida pela qualidade do design gráfico e pela quantidade de material fornecido ao leitor. Inclui caixas com histórias de debates e acontecimentos, biografias dos principais economistas, propostas de leituras complementares no final de cada capítulo e um DVD com material muito diverso, designadamente, textos clássicos e outros sobre assuntos específicos, vídeos, exercícios e apresentações em power point. Trata-se, pois, de um excelente manual que pode contribuir, de forma muito positiva, para a renovação do ensino da economia.

Vasco Almeida

Instituto Superior Miguel Torga

Margarida Pedroso de Lima. 2010. *Envelhecimento(s)*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra. 136pp. ISBN: 978-989-26-0037-6.

Novas composições demográficas das diferentes idades da vida são uma realidade de primeira importância na sociedade europeia, constituindo um dos maiores desafios que a União Europeia terá de enfrentar nos próximos anos. Dois índices, o de juventude e o de envelhecimento, dão-nos conta de avanços expressivos nas idades maduras acompanhados por recuos sucessivos nas idades mais jovens, num contínuo desequilíbrio. Portugal no recenseamento de 2001 viu, pela primeira vez, na sua história censitária as idades avançadas com mais de 65 anos ultrapassarem as idades mais jovens (0-14 anos).

Este livro de Margarida Pedroso de Lima é sobre um dos extremos das ida-